

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.686 - RJ (2014/0289720-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
RECORRENTE : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - RJ002605A
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - RJ002557A
FREDERICO GUILHERME FONSECA TORRES DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - RJ107167
RECORRIDO : PROCON CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
PROCURADOR : MARCOS DA COSTA MORALES E OUTRO(S) - RJ091413
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES - RJ147339
SANDRA DE SOUSA PADILHA CEBOLA E OUTRO(S) - RJ166289
AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : PAULA DE FIGUEIREDO SOUTO E OUTRO(S) - RJ093167
LUIZ ALBERTO MIRANDA GARCIA DE SOUSA - RJ085290
AGRAVANTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : LEONARDO LINS MORATO E OUTRO(S) - SP163840
ADRIANA MARIA CRUZ DIAS DE OLIVEIRA - SP236521
AGRAVADO : PROCON CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
PROCURADOR : MARCOS DA COSTA MORALES E OUTRO(S) - RJ091413
INTERES. : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
INTERES. : BANCO ABN AMRO REAL S.A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. TAXA DE RENOVAÇÃO DE CADASTRO. ILEGALIDADE A PARTIR DA EDIÇÃO DA CIRCULAR N. 3.466/2009 DO BACEN. PRECEDENTE. 3. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. NECESSIDADE. ART. 16 DA LACP. 4. AGRAVO DE BANCO DO BRASIL S.A. CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Procon Campos dos Goytacazes/RJ ajuizou ação civil pública em desfavor de Banco Bradesco S.A. e outros postulando a condenação dos réus à obrigação de fazer consistente não abstenção de cobrança da chamada "tarifa de renovação de cadastro".

Superior Tribunal de Justiça

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido para determinar que as instituições financeiras se abstenham de proceder à cobrança da aludida tarifa, sob pena de multa de R\$ 30,00 (trinta reais) por cobrança indevida.

Interpostas apelações pelos réus, a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou-lhes provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 1.321-1.347):

Apelação cível. Ação civil pública. Tarifa de renovação de cadastro. Direito do consumidor. Competência da Justiça Estadual. Direitos e interesses individuais homogêneos. Legitimidade do Procon para figurar no polo ativo da presente demanda. Pedido juridicamente possível. Via adequada para o resultado almejado. Preliminares rejeitadas. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sujeito ao art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento, dentre outras tarifas, que é válida a tarifa de cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o consumidor e a instituição financeira. Tarifa de renovação de cadastro que não foi objeto da decisão. Cobrança que possui como fato gerador a atualização dos dados cadastrais dos clientes bancários. Ônus da própria instituição financeira. Risco do empreendimento. Inexistência de contraprestação. Abusividade. Os efeitos da sentença devem operar em todo território nacional, uma vez que estamos diante de uma ação coletiva de direito individual homogêneo protegido pelo Diploma Consumerista. Sentença mantida. Negado provimento aos apelos.

Opostos embargos de declaração, somente os aclaratórios opostos por Banco Bradesco S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A. foram acolhidos, a fim de sanar a omissão referente aos honorários sucumbenciais.

Irresignado, Banco do Brasil S.A. interpôs recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 128 e 535, II, do CPC/1973; 4º e 10 da Lei n. 4.595/1964; e 16 da LACP.

Sustentou, em síntese, ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem e a legalidade da tarifa de renovação de cadastro. Aduziu, ainda, a necessidade de limitação dos efeitos da sentença coletiva ao âmbito de jurisdição do órgão judicial prolator.

Superior Tribunal de Justiça

Sem contrarrazões.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso (e-STJ, fls. 1.742-1.763), o que ensejou a interposição do presente agravo (e-STJ, fls. 1.924-1.934).

Brevemente relatado, decido.

No que tange à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que as instâncias ordinárias expressamente enfrentaram todas as questões suscitadas pelo recorrente, de forma clara e fundamentada, notadamente acerca da legalidade da tarifa administrativa, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta" (AgRg no AREsp n. 610.500/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/4/2015, DJe 10/4/2015).

No que concerne à legalidade da tarifa de renovação de cadastro, a Terceira Turma do STJ firmou entendimento de ser válida a cobrança da aludida taxa nos contratos celebrados no período de vigência da Circular n. 3.371/2007 do Banco Central do Brasil, isto é, até a edição da Circular n. 3.466/2009 do Bacen.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO BANCÁRIO. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO E DO BACEN. NÃO CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NÃO OCORRÊNCIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

Superior Tribunal de Justiça

ARGUMENTAÇÃO COM VIÉS CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO EM RECURSO ESPECIAL. ILEGITIMIDADE DO MP. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 480 E 481 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. TARIFA DE RENOVAÇÃO DE CADASTRO. COBRANÇA. LEGALIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL.

1. É inviável o conhecimento do recurso especial que deixa de atacar fundamento autônomo e suficiente do acórdão recorrido. Incidência da Súmula n. 283 do STF.

2. A circunstância de o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil terem função fiscalizadora e reguladora das atividades das instituições financeiras não gera interesse jurídico, por si só, nas lides propostas em desfavor delas.

3. O pedido de nulidade de cláusula de contrato de adesão tida por abusiva encontra previsão no ordenamento jurídico.

4. Refoge da competência do STJ em recurso especial a análise de suposta ofensa a artigo da Constituição Federal.

5. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o intuito de discutir a cobrança de tarifas/taxas supostamente abusivas estipuladas em contratos bancários, por se tratar de tutela de interesses individuais homogêneos dos consumidores/usuários do serviço bancário (art. 81, III, da Lei nº 8.078/90) (AgRg no AREsp n. 78.949/SP).

6. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

7. É válida a cláusula contratual que prevê a cobrança da tarifa de renovação de cadastro (TRC) nos contratos bancários celebrados no período de vigência da Circular n. 3.371/2007 do Banco Central do Brasil.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e provido em parte. (REsp 1303646/RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 10/05/2016, DJe 23/05/2016 - sem grifo no original)

Desse modo, levando-se em consideração que o acórdão recorrido divergiu do entendimento adotado por esta Corte Superior, torna-se imperiosa a sua parcial reforma, a fim de considerar ilegal somente as tarifas de renovação de cadastro cobradas a partir da edição da Circular n. 3.466/2009 do Bacen.

No que tange à limitação territorial dos efeitos da sentença, ressalta-se que a Corte Especial do STJ sedimentou o posicionamento de que, "no julgamento do recurso especial repetitivo (representativo de controvérsia) n.º 1.243.887/PR, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao analisar a regra prevista no

Superior Tribunal de Justiça

art. 16 da Lei n.º 7.347/85, primeira parte, consignou ser indevido limitar, aprioristicamente, a eficácia de decisões proferidas em ações civis públicas coletivas ao território da competência do órgão julgante" (EREsp n. 1.134.957/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, julgado em 24/10/2016, DJe 30/11/2016).

Contudo, o STF, no julgamento do RE n. 1.101.937/SP, interposto contra o referido acórdão da Corte Especial do STJ, o Min. Alexandre de Moraes, em decisão monocrática, deu provimento ao recurso extraordinário a fim de limitar os efeitos da sentença genérica proferida em ação coletiva ao âmbito de jurisdição do órgão julgador, reforçando, ainda, a constitucionalidade do art. 16 da LACP.

Assim, a despeito da jurisprudência sedimentada por esta Corte Superior, torna-se imperiosa a aplicação do entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que a sentença proferida nos presentes autos terão seus efeitos limitados ao território de jurisdição do Tribunal de origem.

Ante o exposto, conheço do agravo de Banco do Brasil S.A. para dar provimento ao recurso especial, a fim de declarar a ilegalidade da taxa de renovação de cadastro cobrada a partir da edição da Circular n. 3.466/2009 do Bacen e limitar os efeitos da decisão judicial ao âmbito de jurisdição do Tribunal de origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator